

INTERVENÇÃO

**DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS EUROPEUS E COOPERAÇÃO EXTERNA,
EM REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DO GOVERNO DOS AÇORES**

CERIMÓNIA DE ABERTURA

2.ª EDIÇÃO DO CURSO INTENSIVO DE SEGURANÇA E DEFESA

AUDITÓRIO NORTE – AULA MAGNA DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

10/11/2011 – 18H00

Começo naturalmente, em nome do Presidente do Governo dos Açores, por saudar todos os presentes e, em particular, o Instituto da Defesa Nacional, na pessoa do seu Presidente, pela realização na Região, pela segunda vez consecutiva, do Curso Intensivo de Segurança e Defesa. A actualidade dos seus temas e a qualidade dos oradores permite, desde já, salientar a enorme pertinência desta iniciativa.

Congratulo também a Universidade dos Açores, pelo seu papel de anfitriã e de parceiro científico de um Curso que, ao longo dos próximos meses, trará, uma vez mais, para o palco central da Academia açoriana o debate e a reflexão sobre os conceitos de defesa nacional e, de forma ainda mais relevante, a sua problematização à luz da inter-relação com o espaço europeu e com a sociedade internacional.

Salientaria, por isso, a abordagem de temas como as dimensões marítima, terrestre ou tecnológica, bem como os desafios que se colocam a Portugal e às restantes democracias nos domínios da segurança internacional, da luta contra o terrorismo, do tráfico de droga ou de seres humanos ou da proliferação nuclear.

Neste contexto, o Governo dos Açores considera da maior importância que o Instituto da Defesa Nacional - organismo que tem como missão primordial, precisamente, *“assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional nos domínios relacionados com a segurança e defesa”* - num exemplo ímpar de continuidade e coerência, eleja as Regiões Autónomas como parceiros activos dessa sua missão.

No caso particular dos Açores, salientaria a incorporação de forma activa do conhecimento da realidade regional e das mais-valias que o território e a presença geográfica das nossas ilhas no Atlântico Norte aportam ao todo nacional, na projecção de Portugal no mundo.

Nenhuma estratégia de defesa nacional portuguesa - seja na consideração da suas vertentes mais tradicionais relacionadas, por exemplo, com a composição das Forças Armadas (a sua componente humana, de meios e tecnológica), seja na vertente mais contemporânea de ponderação dos factores ambientais ou dos recursos económicos e financeiros - estará verdadeiramente completa sem considerar e estimar positivamente a componente autonómica regional e, nesse contexto, sem articular a actuação que os diversos níveis de poder podem aportar à prossecução dos objectivos nacionais.

No caso da Região Autónoma dos Açores, a História e os seus diversos contextos políticos, económicos e sociais, encarregaram-se já, por diversas vezes, de lembrar - em especial àqueles que na Republica o esqueciam ou não queriam ver - o potencial único dos Açores para a definição de estratégias de defesa, a nível nacional é certo,

mas também e por diversas vezes, para a definição dos equilíbrios políticos e geoestratégicos mais amplos no palco internacional.

Foi assim, de forma mais marcada, durante a I Guerra Mundial, com o estabelecimento de uma base naval – a primeira de cariz internacional – em Ponta Delgada, essencial, como sabemos, na luta contra os submarinos alemães travada no Atlântico Norte e na batalha pelo controlo das comunicações neste espaço.

Mas, também e sobretudo, durante as grandes opções geoestratégicas concebidas pelas Forças Aliadas no desenrolar da II Grande Guerra, que definiram o papel central do arquipélago, entendido como pilar fundamental da luta contra as forças do Eixo e como epicentro da confrontação entre os dois modelos de sociedade, importância que se manteve nas décadas seguintes.

A autonomia política e administrativa de 1976, por seu turno, fortaleceu, claramente, o aproveitamento deste potencial, que passou a beneficiar da acção concertada dos órgãos da República com os órgãos de governo próprio da Região.

Acima de tudo, a Autonomia reforçou a capacidade de actuação - de forma complementar - na afirmação da acção externa de Portugal, papel – não nos podemos esquecer de salientar - a que não é alheia a força decorrente da massa humana de azerdescendentes que, radicados na América do Norte e integrados social, económica e politicamente, exponenciam a projecção dos interesses da Região e do país junto dos respectivos territórios de acolhimento.

Contribui, assim e em suma, o Instituto da Defesa Nacional - com este Curso e com a inclusão no mesmo de um módulo específico relativo à realidade regional - para o reforço da unidade nacional e para uma visão verdadeiramente integrada e transversal das potencialidades que se afiguram hoje ao conjunto do País.

O Governo da Região Autónoma dos Açores tem repetidamente afirmado e insistido na necessidade de Portugal valorizar a sua presença atlântica, a afirmação dos seus interesses estratégicos no mundo e o fortalecimento da suas relações de aliança, quer com os parceiros da América do Norte, quer na relação com o Atlântico Sul - pólo que assume hoje, em função de uma pujança económica e comercial significativa, renovado interesse.

A dimensão continental europeia e norte-americana da nossa matriz de defesa – ancorada nas alianças e valores históricos da NATO, mas também na sempre embrionária Política Europeia de Segurança e Defesa – deve ser complementada, de forma crescente, por uma tri-polarização das atenções nacionais, transformando Portugal no vértice de uma relação activa com o Brasil e com os países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Essa é, por força da condição geográfica do território nacional, da das atenções de que temos sido alvo ao longo da História e dos relacionamentos mantidos, no decurso dos séculos, com as potências mundiais, a vocação natural do nosso país.

Mas a vocação nacional não se materializa no plano das intenções.

É necessária uma acção constante e sustentada de actualização das estratégias e da acção em função da realidade em presença e do contexto circundante.

Nesse plano, ultrapassadas, pela História, as teorias fundadoras de de pendor exclusivamente militar e concentradas em áreas geográficas particulares, a geopolítica de hoje é marcada, também e em boa medida, pela inovação tecnológica e pela capacidade (ou incapacidade) dos Estados projectarem o seu poder fazendo uso de instrumentos muito mais efémeros como sejam as redes sociais, a mobilização das sociedades, a formação de uma estratégia de projecção empresarial no exterior ou a mobilização dos órgãos de comunicação social na construção da percepção externa de um país.

Nesse contexto, o papel dos Açores enquanto pilar da relação bilateral com os Estados Unidos da América, fundada na presença militar na Base das Lajes, deve merecer atenção redobrada por parte das entidades nacionais.

As certezas que temos sobre a estabilidade das relações diplomáticas e da aliança fundada na amizade entre os nossos povos não devem desmerecer a necessidade da estrutura de Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros de revalorizar essa presença nos Açores, ampliando a cooperação que é desenvolvida especificamente nas Lajes, seja por via da relação directa com os Estados Unidos, seja no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Espera, portanto e em suma, o Governo dos Açores, que os trabalhos deste Curso permitam apontar novas pistas que enformem a reflexão nacional sobre esta e outras matérias, inculcando-as no espírito dos decisores nacionais mais distraídos.

Rodrigo Oliveira

*Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa
Governo da Região Autónoma dos Açores*